

Antônio
Amândeo
20/04/2014
Amândeo

EXMº. SR.

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE MIRANDELA**

Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão, contribuinte fiscal n.º 216902550, trabalhadora da Câmara Municipal de Mirandela, com Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado, com a Carreira e Categoria de Técnico Superior - Turismo, vem solicitar junto de V. Ex.ª a permissão para acumular funções/atividades privadas, nomeadamente as de Sócio-Gerente da firma Araújo & Pimpão – Pão Quente e Pastelaria, ao abrigo do art. 28.º da Lei n.º 12-A/2008 de 28 de fevereiro, na sua atual redação.

Esclarece, que as funções/atividade a que se propõe acumular, serão de natureza autónoma, a título não remunerado.

Estas funções, serão sempre desempenhadas fora do horário normal de trabalho.

Entende que as referidas funções/atividades não são consideradas incompatíveis nem comprometem a isenção e a imparcialidade das funções públicas que desempenha nesta autarquia, já que em nada são equiparadas às funções atualmente desempenhadas, nomeadamente, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração de pareceres, com diversos graus de complexidade, e execução de outras actividades de apoio geral ou especializado na área do Turismo, Executar processos inerentes à produção de material gráfico, informativo e promocional; Inventariar as potencialidades turísticas da área do Município e promover a sua divulgação; Programar e executar acções de promoção e animação dirigidas ao mercado turístico, em articulação com outros organismos com responsabilidades na área da animação turística; Prestar informação de carácter técnico sobre matérias relacionadas com o turismo; Requisitar material turístico e cultural necessário ao bom funcionamento dos serviços.

Entende ainda que as funções referidas não provocam prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, pois as funções a que se propõe acumular em nada estão relacionadas com as atribuições e competências da Câmara Municipal de Mirandela.

Compromete-se ainda, sob o compromisso de honra, à cessação imediata da função/actividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito com o interesse público ou prejuízo para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Pede deferimento.

Mirandela, 16 de abril de 2014.

A Requerente

Ana Lúcia Miranda de Almeida Pimpão